



## **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO**

Karolina Maria Bezerra Santos Aragão (1); Daniele Siqueira Veras (2)

(1) Pós-Graduada em Educação Especial e Práticas Inclusivas pela Faculdade Escritor Osman da Costa Lins – FACOL; E-mail: karolinamaria2012@bol.com.br.

(2) Doutoranda em Psicologia Cognitiva – UFPE. E-mail: daniele.veras@gmail.com

**Resumo do artigo:** Este trabalho tem como tema “a participação da família no desenvolvimento educacional de crianças com deficiência física”, cuja pesquisa tem como objetivo analisar como a família tem contribuído no desenvolvimento educacional de crianças com deficiência física na escola. Acredita-se como ponto de partida para tal desenvolvimento na parceria entre família e escola com fins a incluir todos os alunos nas práticas escolares de forma crítica e participativa. A partir de uma abordagem qualitativa e visando atender os objetivos desta pesquisa utilizou-se como instrumentos de coleta de dados, revisão bibliográfica e de marcos jurídicos, realização de entrevista semi-estruturada com a mãe de um aluno com deficiência física e uma professora do ensino fundamental e observações diretas em uma escola pública municipal. Por fim conclui-se que a problemática da participação da família no desenvolvimento educativo de crianças com deficiência física, exige atuação conjunta, numa perspectiva inclusiva, de pais e escola, tendo em vista os ideais de formação cidadã e socialização.

Palavras-chave: Família, escola, deficiência física.

### **INTRODUÇÃO**

A família tem um papel basilar para o desenvolvimento educativo das crianças, uma vez que fica a ela designado os primeiros contatos afetivos, motores, sociais e cognitivos que vão nortear a criança no início de sua vida social. Esta relevância estende-se ao processo educacional desenvolvido na escola, sem o qual a plenitude da formação escolar é colocada em contradição haja vista os ideais de formação cidadã segundo os quais deve haver a interação com a família.

Segundo Giorgi (1980, p. 26), “a família é o principal agente de socialização da criança, preside aos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e à organização da vida afetiva e emotiva da criança”. A partir disso, acredita-se que a família faz parte de um todo, onde são transmitidos saberes carregados de significados e formações valorosas para a interação da criança com outras pessoas. Mas qual seria o papel da família no desenvolvimento educacional de crianças com deficiência física na escola? O trabalho em tela tem como finalidade analisar como a família tem contribuído no processo educacional escolar de crianças com deficiência física, considerando um caso de uma escola pública municipal.

Este tema encontra sustentação no seio familiar como ponto de partida para o processo educativo e, por



consequente, de socialização, tão necessários para a inserção da criança com deficiência física no contexto escolar, bem como nas Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e decreto nº 3.298 de 1999, que regulamentam a educação escolar de crianças com deficiência física.

Com base nisto, tem-se como objetivo geral “Analisar a participação da família no desenvolvimento educacional de crianças com deficiência física”. Como objetivos específicos pretende-se a) discutir o papel da família no desenvolvimento educacional; b) investigar como se dá a relação da família com a escola; c) debater a participação da família na educação escolar para o desenvolvimento de crianças com deficiência física; e, d) avaliar na realidade de uma escola pública municipal o papel da família na educação de crianças com deficiência física.

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que pretende investigar a problemática do papel da família para o desenvolvimento educacional de crianças com deficiência física na escola. Para tanto, faz-se uso de uma perspectiva interacionista fundamentada no pensamento de teóricos como Vygostk (1934) associada à ideia que toda pesquisa qualitativa tem “o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como o seu principal instrumento” (Luck e André, 1986, p.11). Nesta investigação, o ambiente natural será a Escola Motiva<sup>1</sup>, situada em Passira – PE, que servirá de *locus* a esta pesquisa. Visando atender os objetivos específicos desta pesquisa utilizou-se como instrumentos de coleta de dados, revisão bibliográfica e de marcos jurídicos sobre a família, escola e alunos com deficiência física, para fundamentar a discussão sobre a temática, bem como o trabalho de observação na Escola Motiva e realização de entrevista semi-estruturada com observações direta intensiva, a fim de investigar a participação da família no contexto escolar.

Os dados nesta pesquisa são de caracteres eminentemente qualitativos e, portanto, exigem uma análise descritiva. Para analisar os dados nesta investigação recorrer-se-á à técnica de análise de conteúdo analítico-descritivo. Também far-se-á a partir de tabulação das respostas obtidas como a entrevista semi-estruturada e conforme a fundamentação teórica da pesquisa. O texto está organizado em três partes, sendo iniciado com uma breve introdução à análise, seguida por um capítulo de desenvolvimento no qual se discorre sobre um breve contexto da família no desenvolvimento de crianças com deficiência física, em seguida, a contribuição da família na educação escolar para o desenvolvimento de crianças com deficiência física numa perspectiva inclusiva e os resultados e discussões sobre o papel da

---

<sup>1</sup> O nome da escola é fictício.



família na educação de crianças com deficiência física, considerando o caso de uma escola pública municipal. Por último, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas que subsidiaram a discussão deste trabalho.

## **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

No decorrer das transformações ocorridas na História, nunca se teve uma definição exata sobre o conceito de família, em cada período era vista com diferenciações em suas estruturas, isto desde as comunidades tribais até os dias atuais, porém, pode-se afirmar sua influencia na construção da identidade da criança, principalmente nos primeiros anos de vida, além do processo de interação e socialização na sociedade. Reis (2012, p. 10) afirma que “o conceito de família não é homogêneo em todas as culturas nem o foi ao longo dos tempos, pois vai sendo alvo de transformações ao nível do seu significado”.

A família assume um papel importante para o desenvolvimento de crianças com deficiência física, uma vez que, fica a ela incumbido o dever de ensinar valores éticos, morais, religiosos, entre outros, bem como, o de iniciar o processo de interação, diálogos e socialização em outros ambientes da sociedade. Este pensamento encontra sustentação quando Aranha (2006, p. 96) afirma que “a família é uma instância importante no processo de socialização, bem como no desenvolvimento da subjetividade autônoma, ensinando informalmente o que as crianças devem fazer, dizer ou pensar”.

### **Um breve contexto da família no desenvolvimento de crianças com deficiência física**

Definir o conceito de família ou o papel que ela assume diante da sociedade não é uma tarefa fácil, visto que a mesma não apresenta um padrão único a ser seguido, nem tampouco se assemelham em seus desafios, ideais e aspirações. Segundo Borges (2015, p. 171) “a família é considerada como um todo, ou seja, um grupo que tem uma estrutura, uma dinâmica e uma função, cujas relações entre seus membros tendem ao equilíbrio e são reguladas pelos princípios de retroalimentação”. Destaca-se ainda que as transformações que ocorreram no perfil familiar até a atualidade influenciaram seu pensar sobre a educação formal, inclusive com relação às crianças que apresentavam algum tipo de deficiência, pois cada família constitui um universo de relações diferentes. No que concerne à inclusão de crianças com deficiência física na sociedade, pode-se apontar a necessidade da família aceitar a criança, superar os sentimentos que surgem inicialmente de angústia ou de não saber lidar com os desafios, e começar a buscar



casos parecidos, trocar experiências com outros países, enfim, sair do isolamento e caminhar na procura de melhorias para o desenvolvimento de seu filho.

Vale ressaltar neste momento o valor de conhecer a definição do que venha a ser deficiência física, para poder situar a sua relação com a família/escola e seu processo de socialização. O Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, considera em seu artigo art. 4º a deficiência física como uma

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

No tocante a pessoa com deficiência, tenta-se mitigar as desigualdades e dificuldades enfrentadas pelas famílias que lutam por melhorias, a partir disso, a Constituição de 1988, torna o Brasil um país com uma legislação mais avançada no que diz respeito à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Todavia, não bastava apenas à formulação de leis para atestar tais direitos, o desafio inicia-se a partir do momento que se almeja a aplicabilidade dessas vivências no dia a dia dessas pessoas nas esferas sociais.

É possível almejar uma realidade com mudanças significativas na inserção de todos na sociedade, para tanto se destaca a atuação familiar, uma vez que constitui um grande potencial para desmistificar os preconceitos com relação à pessoa com deficiência, pois é no seio familiar que ocorre a formação cidadã inicial, capaz de estabelecer um olhar voltado para o respeito às diferenças, de conseguir enxergar o outro com um todo, valorizando o potencial de cada ser.

### **A contribuição da família na educação escolar para o desenvolvimento de crianças com deficiência física numa perspectiva inclusiva**

Nos dias atuais pode-se observar que a participação das famílias no contexto escolar apresenta-se de várias formas, uma vez que existem famílias que colaboram de forma ativa no dia a dia e aquelas que, em contrapartida, aparecem apenas no fim do ano letivo para saber do desenvolvimento educacional de seus filhos.

As contribuições que a família pode oferecer para um apropriado desenvolvimento educativo das crianças com deficiência física são inúmeras, vão desde a apresentação do seu perfil, o acompanhamento diário na escola, a transferência



de positividade no processo de interação e comunicabilidade, até ações que contemplem a construção coletiva de ações (Orrú, 2014). Porém, para que isso se consolide é indispensável que a mesma tenha conhecimento sobre seus direitos e deveres, bem como, saber a melhor forma de inserir-se nesse ambiente de aprendizagens.

É apropriado ressaltar o proposto pela Presidência da Republica, Lei nº 8069/90 em seu art. 4º onde assegura que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Paula (2006, p. 15) é coerente à Lei 8069/90 quando afirma que “os pais devem estar presentes, acompanhar e participar da resolução dos problemas da escola relacionados ao desenvolvimento dos alunos e, em particular, do seu filho, ajudando-o a superar as dificuldades e aplaudindo os progressos”.

Desta forma, as crianças com deficiência física necessitam da sensibilidade dos pais para o acompanhamento principalmente no início de seu processo de socialização/interação a outros ambientes e pessoas, uma vez que essa deficiência afeta o comprometimento da coordenação motora até que construam seus alicerces e ganhem autonomia e segurança para se descolarem.

Por muito tempo no Brasil, os direitos dos alunos com algum tipo de deficiência nas classes comuns foram negados, seja por falta de conhecimento por parte dos familiares ou até mesmo por falta de interesse das escolas (Sasaki, 2003), entretanto, este panorama vem mudando significativamente em decorrência dos direitos adquiridos, que deve garantir uma educação de qualidade para todos e sem distinção, além disso, vivemos em um momento onde as próprias famílias sabem dos seus direitos e uma grande maioria age em prol da inclusão de seus filhos em classes regulares.

Vale destacar o valor que o acompanhamento familiar transmite como parte integrante do processo educativo das crianças. Segundo Paula (2006, p. 7) “é na família que aprendemos a nos relacionar com os outros. Portanto, a construção dessa sociedade inclusiva começa nas famílias. Os pais e as próprias pessoas com deficiência são seus principais agentes”.

Tendo em vista uma escola numa perspectiva inclusiva a Presidência da República, Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015, garante em seu capítulo IV, art. 27 que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de



forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades”.

Em continuidade no art. 28 capítulo II coerentemente ao que foi mencionado acima se destaca o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”.

A partir do século XX acontece uma significativa mudança no modo como as escolas se organizavam, passando de um modelo tradicional de pensar e se relacionar com os alunos, pais e comunidade como um todo.

Este momento foi propício para transformações no âmbito pedagógico onde o educando passou a ser visto como ser de potencial e com singularidades, de poder influenciar seu meio com criticidade, além de se posicionar com um olhar democrático no mundo de constantes transformações (Orrú, 2014).

A educação escolar é um lugar privilegiado para o desenvolvimento das crianças com deficiência física, uma vez que se pretende nela encontrar, gestores, professores e demais profissionais com capacidade de dialogar conhecimentos e valores, juntamente com o apoio familiar, com a finalidade de enfrentar os desafios atuais, além de possuir uma estrutura física adequada ao deslocamento com segurança, materiais escolares e pedagógicos adaptado, tendo em vista uma proposta de educação inclusiva. Tomando por empréstimo o pensamento de Vygotsky (1934), acredita-se que o processo de produção do conhecimento transpassa pela interação entre indivíduos em sua trajetória histórica e social.

No que se refere à inclusão, concorda-se com Brasil (2007, p. 1) quando afirma que “constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal [...]”. O reconhecimento da necessidade do envolvimento família/escola juntamente com o que é proposto nas leis se faz ter uma postura otimista com relação ao desempenho das crianças com deficiência física.

Destarte, elucidar propostas e ações que visem suprir as necessidades das pessoas com deficiência, enfatizando seus potenciais e contribuindo para o avanço dos desafios que são lançados diariamente é algo que remete ao respeito, a valorização e igualdade de oportunidades.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ambiente escolar é propício para o desenvolvimento educacional das crianças e instiga constantemente a desafios de aprendizagem. Segregar o aluno com deficiência física a um único ambiente é, portanto, impossibilitá-lo de desenvolver-se como ser dotado de capacidades.

É necessário que a família conheça e compreenda o tipo de deficiência da criança, bem como, todos que fazem parte da escola, para poder colaborar no fazer educativo e realizar sua função de forma eficaz e sem prejuízos para sua aprendizagem. Deste modo, a presença da família no ambiente escolar, é de suma importância para que os demais profissionais conheçam o perfil da criança e possam atendê-la de acordo com suas especificidades, de forma inclusiva. Sobre a inclusão Sasaki (2003, p. 41) garante que “para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros”.

Destaca-se ainda que, o envolvimento familiar juntamente com a escola de forma ativa e participativa é fundamental para subsidiar o que foi almejado para a evolução dos saberes, autoestima, confiança e desenvoltura da criança com deficiência física. Assim, acredita-se a partir do que foi mencionado anteriormente que a relação família/escola deve ser encarada como um trabalho conjunto e dialogado, onde os envolvidos no fazer educativo colaborem para que todos os alunos ampliem suas capacidades de aprendizagens e tenham a oportunidade de atuarem nos diversos segmentos da sociedade.

A fim de investigar essa relação família-escola no desenvolvimento educacional de crianças com deficiência física, foram realizadas na Escola Municipal Motiva, situada em Passira – PE atividades de observação. Teve-se como público alvo os pais de uma criança com deficiência física, matriculada no 5º ano do Ensino Fundamental e a respectiva professora da turma. A entrevista semi-estruturada foi composta pelas seguintes indagações à mãe e à professora:

- a) Como você percebe a sua participação na escola? / Como você percebe a participação dos pais na escola?
- b) Quais são as ações que a escola promove que inclui o envolvimento dos pais, visando o desenvolvimento da criança com deficiência física?
- c) Em sua opinião, qual a importância da parceria escola e família?

As respostas da entrevista foram adquiridas junto à mãe do aluno, pois na ocasião o



pai do mesmo estava exercendo suas funções profissionais. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na forma oral e escrita, com o propósito de coletar informações necessárias para contextualizar as discussões e refletir sobre a importância da atuação ativa e participativa dos pais na escola, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem.

Ao ser questionada sobre a participação dos pais na escola, a mãe do aluno afirmou que *“frequenta as reuniões e sempre leva seu filho para a escola, pois gosta de falar com a professora para saber como está o seu desempenho”*. Em outro momento, em conversa com a professora da turma onde o aluno com deficiência física estuda, foi investigado como ela percebe a participação dos pais na escola e a mesma disse que *“através dos diálogos realizados com os pais e das frequências dos mesmos no dia a dia, participando ativamente da vida escolar”*.

Logo, a partir do que foi mencionado anteriormente, acredita-se que os pais deste aluno mantêm uma relação que se faz necessário para inclusão e avanço da criança no âmbito educativo, além de estar contribuindo com os profissionais diariamente. Nesse sentido, Reis (2012, p. 100) acredita que *“quando ambos os agentes comunicam de forma eficaz, os pais têm mais probabilidades de estabelecer uma relação de confiança e um clima de cooperação com o educador/professor e com a escola”*.

Em seguida, foi questionado ainda, sobre quais são as ações que a escola promove para incluir o envolvimento dos pais, visando o desenvolvimento da criança com deficiência física, com relação a isso, a mãe disse que *“acontece nas reuniões de pais e mestres e também nas festividades que a escola promove, juntamente com a presença dos pais, dos alunos e da comunidade”*.

A professora complementou dizendo que, a efetivação dessas ações também ocorre *“nos projetos envolvendo temas transversais, como meio ambiente, ética, saúde, entre outros, além do dia da família, de promover atividades relacionadas com o bullying, inclusão, autonomia, buscando o envolvimento dos pais e a integração da comunidade tendo em vista o desenvolvimento de todas as crianças”*.

É importante mencionar ainda, a necessidade de se trabalhar na escola os conceitos inclusivistas trazidos por Sasaki (2003) de autonomia e independência para a realidade dos alunos com deficiência física, bem como, a escuta sensível, visto que, a partir dessa perspectiva sejam trabalhados pontos fundamentais para tal aprendizado, mediante diálogos, planejamento e participação (alunos, professores, pais, psicopedagogos, auxiliares,





coordenadores e gestores) para o cotidiano escolar e extra-escolar.

Por fim, foi indagado a respeito da importância da parceria escola e família e ambas evidenciaram o valor para o desenvolvimento da criança. Segundo a professora, *“é de suma importância essa parceria, pois a escola e família devem caminhar juntas, uma vez que colabora para o funcionamento das atividades diárias, de todos os profissionais envolvidos, nos aspectos educativo, social, emocional, entre outros”*.

Portanto, infere-se que essa forma de pensar sobre o envolvimento entre ambas as partes aproxima-se do que Ferreira (2016) propaga no sentido de que o processo de socialização/interação é de grande valia para a realização de um trabalho pedagógico e familiar com êxito. Essa integração traz ainda reflexões e transformações tendo em vista os aspectos essenciais ao desenvolvimento da criança com deficiência física e suas relações com outros indivíduos.

À luz dos questionários aplicados e das observações realizadas, acredita-se que, o caso da Escola Municipal Motiva, segue no caminho de uma proposta inclusivista, pois enxerga os educandos com deficiência física com possibilidades de aprender, considerando suas potencialidades e de construir suas próprias histórias.

Destaca-se ainda que, a escola como campo educativo tem o dever de acolher e trabalhar a partir das particularidades que *a priori* foram apresentadas pela família sobre a deficiência de seu filho. Contudo, não basta apenas isso, uma vez que são cabíveis propostas para o integral desenvolvimento deste aluno nas práticas cotidianas junto a outras pessoas que fazem parte do seu meio, ressaltando a existência do seu poder político. Assim sendo, vale aludir neste aspecto o pensamento de Paulo Freire (2015, p.88)

estamos advertidos do fato de não dever ser encarada a educação ingenuamente, como algo milagroso, que por si fizesse as alterações necessárias à passagem da sociedade brasileira de uma para outra forma. Porém, o que não se pode negar à educação é a sua força instrumental, que inexistirá se super posta às condições do contexto a que se aplica.

Nesta direção, almeja-se que as escolas brasileiras pensem suas ações de forma crítica-reflexiva, pensando a partir de sua realidade, que possam promover a equidade de oportunidades para todos, propondo ações, esforços que tragam um cunho instigante às práticas docentes, investimentos financeiros, enfim um caráter inclusivo para dia a dia, que contribua, principalmente, para desenvolvimento das pessoas com deficiência física, com respeito e reconhecimento suas conquistas nos diversos espaços sociais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões promovidas no decorrer desta pesquisa foram imprescindíveis para compreender a importância do papel da família no processo de socialização/interação das crianças com deficiência física no seu desenvolvimento educacional. Além do mais, poder identificar as transformações ocorridas no seio familiar no que tange a necessidade da educação formal se faz necessário para avançar nos direitos da inclusão de pessoas com deficiência em diversos meios sociais, inclusive no âmbito escolar.

Sabe-se que muitos são os desafios enfrentados não só pelas famílias quando se propõe ações que visem promover mudanças, adaptações ou inovações em parceria com a escola e comunidade, no intuito de incluir a todos de forma igualitária e sem preconceitos, principalmente, para atender as necessidades daqueles que apresentam algum tipo de deficiência com flexibilidade e qualificação.

A educação inclusiva, por sua vez, é um conceito amplo, que vai além de apenas inserir o indivíduo dentro da escola. Esta deve fazer com que todos os envolvidos no processo educativo possam contribuir de forma significativa para atuação/participação ativa dos alunos com deficiência física, através da escuta sensível, debates e intervenções acerca das problemáticas surgidas e mais urgentes, reuniões pedagógicas, entres outros aspectos.

Neste sentido, faz-se necessário para que ocorra uma prática inclusiva o posicionamento no lugar do outro, poder enxergar as crianças com deficiência a partir de suas dificuldades e potencialidades como qualquer outra criança que tem possibilidade de aprender, buscando construir e desenvolver sua formação pessoal e social.

Considerando a necessidade de fomentar a continuidade de estudos na área e seu aprofundamento, listam-se possibilidades coerentes de tópicos de pesquisa: a) o lócus desta pesquisa é parte de um espaço maior de movimentos da sociedade, de encontro, conflitos e interações entre indivíduos componentes de dado contexto e momento histórico social. Sendo assim, a) Quais as interferências da sociedade no processo de educação escolar de crianças com deficiência física em escolas públicas? b) Qual o papel do Estado na educação de crianças com deficiência física? c) Como o setor privado de educação tem-se organizado para fomentar condições necessárias para crianças com deficiência física? d) Quais os principais limites do professorado em escolas públicas e/ou privadas para o ensino de crianças com deficiência física?.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

BORGES, Laura. **Relação família e escola e educação especial**: Opinião de professores. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 25, n. 48, p. 168-185, jan-abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.298/1999**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm).

FERREIRA, Anna Rachel. A rede que inclui todos. **Nova escola**, SP, ano 30, n. 288, p. 18-25, dez 2015-jan 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIORGI, Piero. **A criança e as suas instituições** – a família / a escola. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Para além da educação especial**: avanços e desafios de uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. São Paulo: SORRI-BRASIL, 2006.

REIS, Vânia Alexandra dos Santos. **O envolvimento da família na educação de crianças com necessidades educativas especiais**. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Domínio Cognitivo-Motor) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. Edição Ridendo Castigat Mores, 1934.

